

## **NARCISO E BIOTECNOLOGIA: UMA ABORDAGEM FEMINISTA DECOLONIAL DAS "DROGAS DO AMOR"**

**NARCISUS AND BIOTECHNOLOGY:  
A FEMINIST AND DECOLONIAL APPROACH TO "LOVE DRUGS"**

**MONIQUE PYRRHO<sup>1</sup>**

*(UnB/Brasil)*

**MARIA CLARA MARQUES DIAS<sup>2</sup>**

*(UFRJ/Brasil)*

**IZABELA AMARAL CAIXETA<sup>3</sup>**

*(SEEDF/Brasil)*

### **RESUMO**

O artigo propõe uma análise crítica da proposta de intervenções biotecnocientíficas no amor, a partir de uma perspectiva feminista decolonial. A defesa das chamadas “drogas do amor” apela à desejabilidade ética do socorro à vítima de violência doméstica. Contudo, os pressupostos de neutralidade moral das tecnologias e a racionalidade como essência da natureza humana que sustentam tal proposta, mascaram os atravessamentos de raça, classe e gênero que modulam a concretude da violência doméstica. Mais do que isso, a naturalização/biologização das diferenças entre os sexos e dos afetos humanos é usada para justificar o controle de afetos e condutas, sobretudo, das mulheres. O confronto, portanto, não se dá contra o caos afetivo ou a violência, como os defensores de tais intervenções argumentam, mas contra a possibilidade eminentemente de outras formas de organização social, não-hierárquicas, não-exploratórias e respeitosas dos anseios e da constituição identitária de todos os seus integrantes.

**Palavras-chave:** Drogas do Amor; Tecnociência; Violência Doméstica; Feminismo; Decolonialidade.

### **ABSTRACT**

The text analyzes and criticizes, from a feminist and decolonial perspective, the proposal for biotechnoscientific interventions in love. The defense of so-called “love drugs” appeals to the ethical desirability of helping victims of domestic violence. However, the underlying assumptions of moral neutrality of technologies and rationality as the essence of human nature mask the intersectionalities of race, class and gender that modulate the concreteness of domestic violence. More than that, the naturalization/biologization of differences between the sexes and human affections is used to justify the control of women's affections and behaviors. The confrontation, therefore, is not against affective chaos or violence, as defenders of such interventions argue, but against the imminent possibility of other forms of social organization, non-hierarchical, non-exploitative and respectful of desires and the constitution identity of all its members.

**Keywords:** Love Drugs; Technoscience; Domestic Violence; Feminism; Decoloniality.

## Introdução

Estima-se que uma em cada três mulheres no mundo já foi vítima de violência física do parceiro e/ou de violência sexual. Nos últimos 12 meses, 13% das mulheres do mundo sofreram uma dessas agressões segundo a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2021). No Brasil, a violência tem crescido nos últimos anos. Enquanto os índices de mulheres que já sofreram violência ao longo da vida são semelhantes ao que ocorre no resto do mundo, no País, 22% delas foram vítimas só no último ano. Mulheres de todos os contextos sociais sofrem violência, mas fatores como classe e raça são significativos: 46% das vítimas recebem até dois salários-mínimos e 54% das vítimas é negra (DataSenado, 2023).

E se a medicina moderna tivesse um remédio para tudo isso? Esse é o insólito enredo de *If I could just stop loving you: anti-love biotechnology and the ethics of a chemical breakup* (Earp et al., 2013). O amor é descrito pelos autores como uma patologia a ser curada, ao menos em suas versões “distorcidas”, entre elas: o amor que leva à ideação suicida, a erotomania e a pedofilia. A representação do amor como uma doença neuroquímica, no entanto, tem um objetivo mais específico: descrever um estado que possa ser curado por uma intervenção tecnocientífica. O artigo enumera então as condições para que a intervenção seja ética e sugere uma candidata ideal para a intervenção: a mulher vítima de violência.

Criticando tal proposta, McArthur (2013) evoca Narciso. O mito, central na cultura ocidental, do gênero literário que os gregos antigos chamavam significativamente de *erotiká pathèmata*, literalmente *penas de amor*, vem da Beócia antiga e teve várias versões ao longo dos séculos (Bettini; Pellizer, 2003; Canevacci, 1991). Na versão mais antiga, a do escritor Cônon, o jovem Amínias apaixona-se por Narciso que em resposta só lhe oferece desprezo e uma espada. Após Amínias tirar a própria vida com a arma, os deuses em vingança condenam Narciso a se apaixonar pela própria imagem. McArthur (2013) conjectura: os defensores do uso destas drogas parecem imaginar que se, em vez da espada, Narciso tivesse oferecido uma dessas pílulas ao jovem apaixonado, a tragédia teria outro desfecho. E conclui: esperar que uma pílula hipotética resolveria (e, portanto, dissolveria) o mito de Narciso é muito simplista.

As pílulas em pauta, na verdade, se referem mais amplamente a um conjunto de potenciais intervenções biomédicas sobre cadeias de processos biológicos relacionados à afetividade. Para Young (2009), cujo artigo na revista *Nature* motivou o recente debate sobre este tipo de intervenção, o

amor pode ser compreendido como o resultado de um coquetel de neuropeptídios e neurotransmissores, combinados lentamente ao longo da evolução. Em seu ensaio provocativo, nos deixa a sugestão de que a investigação sobre a adequação genética entre parceiros e a intervenção neurofarmacológica podem figurar em breve como versões repaginadas das agências de matrimônio e das poções do amor, negligenciando o perigo de, em vez disso, ser só uma contemporânea reencenação de práticas eugenistas.

Os riscos à autonomia (Marchant; Stevens, 2013; Taye, 2013; Epright; Waller, 2013) e os efeitos normalizadores da patologização e medicalização do amor (Aurenque; McDougall, 2013) estão entre os problemas éticos mais citados.

### **Delimitando o problema**

A complexificação das estruturas cerebrais ao longo da evolução dos hominídeos e o consequente desenvolvimento mais lento dos bebês teria gerado uma maior demanda por cuidado e, consequentemente, por uma participação paterna crescente. Teriam sido os bebês a pressão evolutiva para o entrelaçamento afetivo entre os pais (Earp et al., 2013).

Nessa perspectiva, o afeto nada mais seria do que fruto, em última análise, do presente estado evolutivo de sistemas neuroquímicos do desejo (*lust*), da atração (*attraction*) e do apego (*attachment*), comuns a outros mamíferos (Fisher, 1998; 2000).

Inicialmente, mais inespecífico e responsável pela libido e pelo potencial interesse em diversos parceiros promissores, o sistema do desejo é mediado pelos hormônios sexuais estrogênio e testosterona. Este sistema já tem sido alvo de intervenção e a produção e atuação dos hormônios envolvidos pode ser desestimulada e até mesmo bloqueada, como nos casos de castração química (Earp et al., 2013).

Por sua vez, ao sistema de atração é creditada a atenção direcionada e a fase de pensamentos intrusivos ou obsessivos sobre um determinado parceiro. Este sistema é associado a mediadores como a dopamina, serotonina e adrenalina. Por fim, em uma fase mais “estabelecida” do amor, o sistema de apego inspira comportamentos relacionados ao reforço e à estabilidade da relação. Seus principais mediadores são a ocitocina, também associada ao amor materno, e a vasopressina nos homens (Earp et al., 2013; Fisher, 2000).

Apesar da economia do modelo explicativo, pode-se entrever que a ação desse tipo de drogas não é trivial. Intervenções no sistema de desejo,

por exemplo, têm como resultado a diminuição ou até mesmo a eliminação completa da libido, independente do alvo de interesse inicial.

Fora as críticas quanto à redução de um fenômeno social tão complexo como o amor a sua mera dimensão biológica, a própria neuroquímica afetiva em seu intricado funcionamento é em si um desafio ao intento de modular o amor de forma controlada e segura.

A ocitocina como droga do amor merece um capítulo à parte. Apontada como o principal mediador do sistema de apego, também se relaciona ao vínculo maternal e a vínculos sociais mais amplos (Earp et al., 2013) e tem sido associada à moralidade humana (de Dreu et al., 2010; Douglas, 2008; Rakić, 2014). Recentes estudos têm sugerido, ao contrário, que a molécula pode ser tomada como um biomarcador de relações conturbadas, o que a distanciaria desse papel de elixir do amor (Taylor et al., 2010).

## **A abordagem ética do tema**

De acordo com Earp e colaboradores (2013), as explicações neuroquímicas seriam capazes de respaldar a tese de que o amor é derivado da natureza biológica dos seres humanos e essa pode ser melhorada, argumentam. Restaria apenas delinear em que condições isso seria eticamente aceitável. Assim, os autores propõem seu guia preliminar para análise ética das drogas anti-amor, com quatro condições a serem observadas. A primeira delas é a condição do dano ou perigo, segundo a qual a dinâmica amorosa deve ser claramente danosa. A segunda condição é do consentimento, em que a pessoa, dentro de suas possibilidades, deve expressar vontade de usar o medicamento. A terceira é a potencialização da autonomia, condição segundo a qual a intervenção deve se dar no sentido de ajudar a pessoa a atingir seus mais altos objetivos. A quarta e última condição enumerada é a condição de necessidade, atestada quando a superação dos sentimentos indesejados não se demonstra possível sem a intervenção.

Apontam, ainda, um caso “ideal” para emprego da tecnologia em questão: a mulher vítima de violência doméstica. Segundo os autores, tal mulher, apesar de ter consciência da necessidade de sair da relação com seu agressor, não estaria conseguindo se desvincular e por isso procuraria o socorro medicamentoso. Neste caso, todas as condições postuladas, ou seja, de perigo, consentimento, potencialização da autonomia e necessidade, estariam satisfeitas e o bem proporcionado justificaria eticamente a intervenção escrita (Earp et al., 2013). Autores, como Boesch (2013) e Enck (2013), concordam com tal avaliação.

## Algumas Críticas

No enredo argumentativo, a salvação de uma mulher em situação de violência pretende mobilizar empatia e tornar a proposta convincente.

O guia ético para biointervenção no amor, no entanto, não escapa a críticas. Seus próprios autores parecem, paulatinamente, suprimir o necessário respeito às quatro condições impostas em nome de uma delas, a saber, a autonomia. Até mesmo o consentimento poderia ser dispensado: se as emoções levam a uma “incapacidade mental que possa ser inequivocamente provada, e se o risco for grande o suficiente, então a intervenção pode ser justificada também nesses casos.” (Earp et al., 2013, p. 14). Aqui, paradoxalmente, o não-consentimento, o agir contra a vontade do sujeito, apresenta-se como condição para a efetivação da autonomia: a expressão da razão, livre de qualquer perturbação, é o objetivo a ser perseguido, mesmo que à força. É essa curiosa concepção da autonomia que embasa a proposta das drogas anti-amor.

Contudo, a maior contradição no desenvolvimento das tecnologias anti-amor (Taye, 2013) é que, enquanto a proposta elege a autonomia como valor central, essa é irremediavelmente ameaçada (Garasic, 2013). A possibilidade de administração em crianças e adolescentes (Epright; Waller, 2013), mas também para inclinar pessoas a tomar decisões favoráveis a alguém, ou até mesmo para facilitar crimes como o estupro são questões preocupantes (Marchant; Stevens, 2013).

Este aparente nó argumentativo se dá porque Earp e colaboradores (2013) fundamentam sua análise em uma pressuposta hierarquia entre as vontades racionais - relacionadas a objetivos de ordem superior, sobre as emocionais - relacionadas a desejos de ordem inferior ou imediata (Garasic, 2013). A intervenção medicamentosa ajudaria assim a facilitar o processo de recuperação, ajudando o indivíduo a se reorientar em direção a sua autorrealização. Isto se coloca, é claro, sem que as conotações fortemente intelectualistas e rationalistas desta pretensa felicidade tenham sido discutidas e provadas.

A medicalização dos rompimentos poderia, adicionalmente, levar os indivíduos a trocarem a dor de amor imediata por uma maior propensão a ciclos de repetidos de erros nas futuras relações e a uma infelicidade a longo termo (McArthur, 2013).

No entanto, de forma mais ampla a abordagem das drogas anti-amor, conforme proposta por Earp e colaboradores (2013) parece sofrer daquilo que Danaher (2013) chama de “visão de túnel”: uma expectativa

inicialmente positiva que segue diretamente aos resultados almejados, sem considerar como tal intervenção possa ocorrer em uma sociedade real, já existente. Um dos autores do texto, em um artigo sobre intervenções neuroquímicas, desta vez para melhoramento cognitivo, contra-argumenta:

Muitas das críticas sobre os aspectos “éticos” no discurso público são frequentemente mais propriamente críticas à cultura contemporânea do que reais tentativas de analisar o status moral de diferentes projetos. Em vez de enfocar os meios, pode ser mais produtivo realmente discutir os fins para os quais as novas biotecnologias podem ser usadas. (Sandberg, 2011, p. 85)

Camufladas numa suposta discussão sobre meios e fins, subjazem a crença na superioridade da razão sobre a emoção, e na neutralidade moral das técnicas, ambas assumidas como pressupostos inquestionáveis. O que não se percebe, porque é externo ao túnel, é que essas não são percepções universalmente compartilhadas.

### **Imunes ao amor**

Narciso amava só a si mesmo e disso morreu. É surpreendente, porém, que nenhum dos críticos tenha, de fato, se concentrado em um aspecto crucial: o discurso centrado sobre as bases biológicas do amor apoia-se em uma concepção fixa, naturalizada, pretensamente universal, do ser humano, cujo recorte epistêmico está, contudo, historicamente demarcado. Trata-se de uma matriz patriarcal de pensamento moderno, eurocentrado, colonial, embranquecida e empenhada em naturalizar características como raça, sexo/gênero, como forma de justificar hierarquias supostamente constitutivas entre os diversos seres humanos, tornando defensável a exploração e subjugação uns indivíduos/grupos sobre os demais (Dias, 2015; 2016).

Tal perspectiva, assumida como universal, tem como foco o indivíduo definido por um padrão específico de racionalidade - que exclui em seu bojo grande parte dos seres humanos (Dias, 2017) -, e gera como consequência, no caso em questão, uma profunda inversão ética, a saber: a compreensão de que é a vítima, “portadora” do amor patológico, que precisa ser curada (Aurenque; McDougall, 2013). É ela a que não satisfaz ao padrão de racionalidade hegemônico que é patologizada e sobre a qual recaem as rédeas da normatização. Seu agressor e a sociedade, que pactua com a violência estrutural que incide sobre mulheres (cis ou trans) e sobre os desviantes da heteronormatividade compulsória, permanecem ilesos. Sobre ambos nada é dito. Seu *pathos* é assumido como parte de sua natureza.

Algo aceito como a mera expressão de um poder hegemônico. A insanidade torna-se, assim, um atributo dos que denunciam ou se rebelam contra a estrutura de poder dominante. Na vida real, assim como na literatura, as mulheres bruxas, místicas, mundanas, mães ou esposas, sempre serão as "loucas". Por falta ou por excesso jamais atingem o ideal aristotélico da justa medida (Dias, 2016).

O potencial normalizador é extenso. É o próprio Earp (2014), principal autor do grupo de pesquisadores, que em uma entrevista denuncia casos reais em que ultraortodoxos judeus têm oferecido antidepressivos para estudantes *yeshiva* por conta de seus efeitos colaterais de diminuição da libido. O uso de drogas de amor para a conversão à heterossexualidade foi por eles defendido em nome do direito autônomo de autocriação (Earp et al., 2013; 2014).

O foco na autonomia individual, mais do que insuficiente, constitui um expediente normalizador de afetos, comportamentos e subjetividades e possui caráter biopolítico, já que se assenta em uma intervenção que visa a maximização da vitalidade biológica. Se, por um lado, são conhecidos os efeitos de ampliação de direitos e de emancipação relacionados à centralidade da saúde como um direito humano, por outro, a mesma preocupação com a conservação da vida tem como efeito a tendência à redução do indivíduo à sua dimensão biológica. Foucault aponta para o fato que é esta mesma redução que contextualiza historicamente a instrumentalização tecnocientífica do ser humano, o racismo de Estado e até mesmo o nazismo, todos mecanismos biopolíticos de aniquilação em massa (Foucault, 1976).

Como o foco na vida pode gerar ao mesmo tempo seu florescimento e extermínio? Essa ambiguidade moral é discutida por Esposito (2002) em sua tentativa de fornecer uma chave interpretativa para o "Paradigma Imunitário". A imunidade, enquanto meio de autoconservação, se manifesta como a necessidade cada vez mais antecipada de uma defesa artificial do próprio diante da ameaça de expropriação e aniquilação que o outro representa. Sob este prisma, a imunidade auxilia a compreensão do foco na autonomia e da lógica individualística e privatística das novas biotecnologias, especificamente. A imunidade, conceito que remete sempre a uma aversão aos riscos da vida em comum, igualmente fundamental para a medicina e para o direito, difunde-se nas mais diversas práticas sociais, como ilustra o uso de expressões como *imunidade diplomática* e *antivírus informáticos*.

A intervenção tecnocientífica é imunitária porque tem como objetivo evitar o dano e sofrimento causado justamente por esta abertura do próprio (Pyrrho, 2014), característica central da relação afetiva.

A necessidade de se imunizar do amor, no entanto, não é nem natural nem universal. Culturas diversas seguem *scripts* diferentes quanto ao enlace afetivo, e têm repertórios também bastante variados para lidar com o rompimento. Isso porque o afeto é encenado socialmente. O natural e o universal eurocêntrico hiperbiologizam o afeto em dimorfismo sexual, num racionalismo que tudo hierarquiza e classifica, mascarando sua própria condição: uma narrativa entre outras. A universalização de uma suposta natureza humana é um expediente colonial que classifica subjetividades, a partir do homem branco, compreendido como norma (Lugones, 2008).

Nessa taxonomia, o corpo feminino é submetido a intervenções biomédicas relativas àquilo que é entendido como sua função: reprodução e sexualidade. Desde a cientificização da medicina, as mulheres são removidas de sua posição de sujeitos do conhecimento sobre o feminino para serem relegadas a um sujeito feminino biologicamente definido e regrado. É a mulher assim percebida que tradicionalmente figura nas reflexões bioéticas sobre o aborto e tecnologias reprodutivas, temas em que o centro é um corpo feminino, abstrato, universalizado. Passa-se ao largo da relação entre raça e gênero e como ela conforma iniquidades em saúde, injustiça epistêmica, injustiça reprodutiva e violência contra a mulher nos mais diversos formatos (sendo o digital talvez o mais recente deles). Pensar a relação entre bioética, raça e feminismo demanda interrogar os pressupostos que embasam as intervenções biomédicas, e de que maneira contribuem para a manutenção das dissimetrias organizadoras do social (Bandeira; Almeida, 2008).

## **Narrativas destoantes**

“Sinto que tudo já foi dito”. Essa é a frase com que Grada Kilomba (2009) introduz sua obra *Ilusões vol. I: Narciso e Eco*. E, paradoxalmente, ela continua: “É por isso que hoje, eu quero vos contar uma história, a história de Narciso e Eco”. O que é contado é a história do homem branco, que vê apenas sua projeção por toda parte, e da mulher Eco, condenada a repetir, encantada, suas palavras. Esse paradoxo é impregnado de sentido porque descreve o cansaço absoluto gerado por uma injustiça amplamente conhecida. O que num primeiro momento demove é também o que impulsiona à luta, pois não se pode viver calado e indignado ao mesmo tempo.

É porque as histórias são conhecidas, que precisam ser contadas. É isso que faz Silvana Maria ao narrar a tentativa de feminicídio da qual foi vítima. Ela conta ter fingido de morta para que seu agressor não arrancasse seu coração. No vídeo, ela fala:

As mulheres têm medo e sabe por que elas têm medo de denunciar? (porque EU tive medo.) Criança! O que a criança vai pensar da mãe? O que a criança vai pensar do pai? Primeira coisa que a gente pensa: nossos filhos. Áí a mãe aguenta isso dos homens.

(...) Eu já vinha sofrendo as agressões, foi aí que eu tomei a atitude de denunciar, porque já não estava aguentando mais. E depois... agravou mais ainda, porque nunca vi medida protetiva de 50 metros. (...) meu maxilar era torto dos murros (...) eu levava tapa na cara se eu saísse com minhas amigas (...) [Um dia] Fechou imediatamente o bar e ele já seguiu. Ele me seguiu, eu entrando dentro da minha residência, ele entrou junto (...) minha filha tentou ligar para 190, ao discar, só deu tempo de falar assim: "alô meu ex-marido tá me batendo" (...) foram 17 facadas. E eu falei "agora você já conseguiu me matar, você já me matou" foi aí que ele me deu mais um chute no rosto e falou "você achou que ia ficar por isso mesmo?" e lavou as mãos na cozinha e foi embora. (VEJA, 17 fev. 2020).

Algumas sobrevivem para contar, como Silvana, outras morreram e já não narram histórias. No Brasil uma mulher morre a cada 6 horas vítima de feminicídio (FBSP, 2023). Elas não foram vítimas porque lhes faltava razão, nem porque estavam perdidas de amor.

Muitas morrem de uma violência estrutural, para as quais o Estado contribui. Para as que solicitam medidas protetivas, o Estado nega 15% dos pedidos (FBSP, 2023). E ainda entre as que conseguem, muitas tombam com medidas protetivas no bolso.

A violência, no entanto, é desigual. No País, 61,1% dos feminicídios são de mulheres negras. Elas são vítimas de 68,9% das demais mortes violentas entre mulheres (FBSP, 2023). A violência letal contra a mulher no Brasil é um fenômeno atravessado pela configuração colonial, evidenciado, por exemplo, por meio da desigualdade racial na letalidade entre mulheres. O Atlas da violência evidencia que, enquanto entre 2020 e 2021 houve um aumento de 0,5% na taxa de homicídios de mulheres negras, houve uma redução de 2,8% nos homicídios de mulheres não negras (Cerqueira; Bueno, 2023).

Mulheres negras empobrecidas são as mais atingidas por crimes violentos. Raça e classe interagem continuamente agravando outras dimensões que incrementam seus riscos. A maior suscetibilidade à precarização de condições de vida e moradia causada por alterações climáticas e desastres naturais expõe mulheres negras empobrecidas e desalojadas a maior risco de crimes como estupro (WHO, 2021). Mulheres

negras, pobres e de baixa escolaridade são maioria entre aquelas privadas de liberdade. No sistema prisional estão sujeitas a violências sexuais, isolamento, privação dos cuidados de saúde, de artigos de higiene íntima e de assistência pré-natal, além de serem afastadas de seus filhos (Diniz et al., 2019).

Mulheres não são as únicas atingidas por esse discurso biologizante sobre o amor. No relato dos autores ganham destaque duas (e apenas duas) figuras e suas maneiras completamente distintas de amar: o homem e a mulher, heterossexuais. Outras formas de amor não cis-heteronormativas, fora da apresentação monogâmica com fins de reprodução, só aparecem em uma entrevista quando um dos autores é perguntado sobre a possibilidade de uma espécie de “cura gay” por intervenção neuroquímica, caso no qual os autores defendem a autonomia de se autocriar (Earp et al., 2013; 2014), como se todo processo de constituição identitária, à revelia ou não da pressão social, não fosse também autocriação.

Em realidade, no par homem-mulher, objeto por excelência da atenção dos autores, a medicação para o homem só é prescrita em uma situação e, preferencialmente, junto com a parceira: para manter o casamento. Esse foi inclusive o primeiro investimento teórico dos autores na tentativa de argumentação ética em defesa da intervenção neuroquímica do amor.

Antes mesmo do “*E se eu pudesse parar de te amar...*”, o artigo *Natural Selection, Childrearing, and the Ethics of Marriage (and Divorce): Building a Case for the Neuroenhancement of Human Relationships* poderia bem se chamar: “*e se você pudesse continuar me amando depois da minha traição (ao menos até que as crianças cresçam)?*”. O texto tem duas versões. Em uma versão curta adaptada para *Philosophy Now* (Earp, 2012), o contexto é mais explícito, e um caso ideal é apresentado: pretende-se evitar o divórcio decorrente da traição masculina.

No artigo em sua versão mais elaborada (Earp; Sandberg; Savulescu, 2012), a aplicação da droga do amor como remédio para a infidelidade masculina aparece envolvendo a enunciação de supostas verdades universais sobre a natureza biológica humana:

Especificamente, devido às assimetrias relacionadas ao sexo no investimento parental mínimo necessário para a sobrevivência da prole, a promiscuidade comparativamente desenfreada promoveria os interesses genéticos dos machos humanos ancestrais; a promiscuidade comparativamente seletiva promoveria os interesses genéticos das fêmeas humanas ancestrais.  
(Earp; Sandberg; Savulescu, 2012, p. 569)

Uma natural infidelidade feminina é até mencionada, mas essa é apresentada como uma promiscuidade de menor intensidade e que, de toda forma, não se manifesta como padrão típico. De acordo com os autores, o impulso da infidelidade é o desejo sexual, e esse, na verdade, é constante e aumenta naturalmente nos homens, enquanto nas mulheres esvanece:

no padrão típico, os homens cuja libido permanece constante enquanto a de suas esposas começa a decair buscam desproporcionalmente a realização sexual fora do relacionamento [quando comparada com outros homens] (...) os níveis de testosterona caem naturalmente nos homens após o casamento ou o nascimento de um filho e aumentam naturalmente no final do relacionamento (para encorajar novos comportamentos de busca de parceiros. (Earp; Sandberg; Savulescu, 2012, p. 582)

Diante das supostas verdades incontestes, a solução proposta é simples e corresponde, além de tudo, a uma obrigação moral de não causar sofrimento à prole: “moderar deliberadamente o nível desses hormônios corretamente pode promover a paternidade nos homens e desencorajá-los a ter *olhos para outras*” (Earp; Sandberg; Savulescu, 2012, p. 582).

O argumento é que o desejo e o vínculo afetivo precisam ser moderados neuroquimicamente para que os ajustes façam com que a mulher possa estar a par e passo com o homem viril e desejante. Isso porque ao procurar outros relacionamentos extraconjogais, o homem não estaria fazendo mais do que seguir sua natureza, como sugere uma citação estranhamente pouco recente (ao menos para temáticas biotecnocientíficas) usada pelos autores para concluir que o homem é infiel por natureza e que a única solução para isso seria mudá-la:

O homem pode [até] adaptar-se a condições culturais que exigem a repressão de impulsos sexuais [como normas sobre fidelidade] ... Ele pode adaptar-se a quase qualquer padrão cultural, mas na medida em que estes sejam contraditórios à sua natureza [adquirida por evolução], ele desenvolve perturbações mentais e emocionais que o forçam eventualmente a mudar essas condições, uma vez que ele não pode mudar sua natureza. (FROMM 1949, p. 32, apud Earp; Sandberg; Savulescu, 2012).

Aqui, a narrativa apresenta a mulher como alguém em déficit de desejo e todas as consequências maléficas disso: ela deveria, mas não deseja o seu homem, o que é muito prejudicial, porque leva o homem não

saciado a ser infiel, o que leva ao divórcio, o que faz com que a mulher não cumpra sua obrigação de não causar sofrimento à prole. A solução seria aumentar o amor da mulher e ajustar seus níveis de desejo para pareá-los aos superiores do homem (até concedem que o do homem possa ser moderado).

No fim das contas, o homem é amável, e sempre deveria ser mais amado, mais desejado. Não há nada errado com Narciso. Imagina-se, assim, que até a mulher que está ao lado de um homem que a violenta, só pode estar lá porque o ama. Seu amor precisa ser aumentado, consertado, curado, disciplinado, normalizado, adequado, reabilitado e, quando distante do ideal, melhorado.

Consertar o amor é o objetivo de quem bate, mas também de quem melhora. A violência física é a estratégia disponível para quem não dispõe de uma pílula para consertar esse amor da mulher? Não seria isso o que imaginam os homens violentos? Neste caso, não seria a hipotética pílula do amor só um dispositivo mais socialmente conforme para imprimir a mesma forma de violência disciplinar?

As mulheres que não mais ecoam e refletem essa imagem idealizada que os homens têm de si e que saem dos relacionamentos abusivos, com todos os custos sociais e econômicos que a decisão carrega, são comumente perseguidas, ameaçadas, mais violentadas e, muitas vezes, morta. Lembremos o que contou Silvana. A possibilidade de um desfecho ainda mais violento, que por vezes também atinge os filhos, é um dos motivos que faz muitas mulheres ficarem.

O que descreve o Atlas da violência é fato bem conhecido pelas mulheres vítimas de violência: tensionar valores do patriarcado, tomando a “decisão unilateral da mulher por se separar pode levar, inclusive, ao aumento da violência e, muitas vezes, ao feminicídio” (Cerqueira; Bueno, 2023, p. 42). A mulher-enquanto-não-parte é um agente moral consciente e consequente, ciente da sociedade e da concretude de sua vida. Contra qualquer tentativa de reduzi-la a alguém que precisa de um melhoramento que lhe incremente a racionalidade porque está perdida de amores e não consegue desvincilar-se, a decisão de ficar ou de partir é baseada na consideração racional de muitos fatores, danos e perigos reais.

Como nos conta Federici (2014), no entanto, a violência contra a mulher não é sobre o sujeito, não é propriamente doméstica em seu âmbito, circunscrita ao agressor e sua vítima. É, ao contrário, parte da estrutura da sociedade, uma das muitas engrenagens que oprimem mulheres com vistas à apropriação não remunerada de seu trabalho e do valor que gera ao reproduzir a vida e das condições materiais da vida. Nessa opressão o papel de amorosa protetora da família e dos filhos é talvez a peça central. Primeiro

os genitores e depois os maridos são disciplinadores socialmente legitimados de mulheres. A disciplina vem para que elas desempenhem adequadamente essa função.

No Brasil, o adultério deixou de ser crime em 2005. A Lei Maria da Penha foi promulgada um ano depois, em 2006. Em 2009, crimes como o estupro, o assédio sexual e a exploração sexual deixaram de ser considerados “crimes contra o costume” e passaram a ser reconhecidos como crimes contra a dignidade sexual. O feminicídio foi tipificado como crime em 2015. A decisão pela inconstitucionalidade da tese de defesa da honra como justificativa para o feminicídio, ocorreu em 2021 (Gomes; Gaspar, 2023). A violência de gênero, porém, não se esgota.

É comum que os processos de divórcio envolvam diversas formas de violência psicológica e patrimonial contra as mulheres, com condescendência do poder judiciário, inclusive algumas sendo perpetradas nas varas de família. Além da humilhação pública, mulheres acusadas de infidelidade são mais comumente alvo de ações reparatórias de dano moral. A explicação de porque a traição do marido não é reconhecida como dano moral é fácil de imaginar e reverbera em discursos científicos e bioéticos: o homem ao trair só responde à sua natureza; a mulher, falta a sua obrigação de evitar o sofrimento dos maridos e filhos. Nesse cenário, a violência física é, teoricamente, a punição extrema, no intento disciplinador da mulher (Ribeiro; Moreira, 2021).

Os discursos sobre o amor da mulher têm sido denunciados como um mecanismo de domínio. Spivak (2010) e Federici (2023) aqui se aproximam e nos contam como o amor funciona como recurso narrativo para a apropriação de seus corpos e terra. Nas experiências coloniais, a relação entre raça e gênero, as duas autoras concordam, fazem com que o amor, a disciplina e a perseguição às mulheres funcionem como instrumentos para opressão de seus corpos e vias para destituição de suas posses e de acumulação de capital.

Spivak (2010) relata como a narrativa da autoimolação das boas esposas, *satis* na Índia, é suficiente para calar até Bhuvaneswari Bhaduri, mulher que com tanto esforço tentou fazer de sua morte uma maneira de falar e intervir contra o suicídio *sati*. Os subalternos não falam, por mais que tentem, a autora conclui. No caso das mulheres, nada parece ser suficiente para impedir que elas sejam lidas como condenadas a amar irracionalmente.

Spivak (2010) revela a outra dimensão desta subalternidade: as mulheres não sofrem só de quem as violenta, mas também daqueles que se lançam a salvá-las e aqui a autora aponta a relação entre raça e gênero. Ela descreve os colonizadores, dominadores com um complexo específico

de “homens brancos que salvam mulheres de cor de homens de cor”. São os homens brancos que sabem do que elas precisam, é por isso que às mulheres em situações de violência se oferece salvação, e não voz.

Não há por que a mulher violentada falar, porque nesses casos extremos ela é entendida como vítima de *uma incapacidade mental e risco grandes o suficiente que fazem como que a ação “protetora”, a despeito de sua vontade, esteja justificada*. Nesses panoramas, não há escapatória. Ou apanhando, ou sendo salva, a mulher não fala. Como eco, sem voz, por vezes só nos é dado repetir, com palavras alheias, o desejo de saída do próprio drama. As soluções oferecidas podem ser abraçadas de forma desesperada, pois, sabe-se que, sem poder dar voz à expressão genuína de seus próprios anseios, a violência poderá resultar em morte.

Para além da violência física, as mulheres são, frequentemente, vítimas de uma dinâmica sociocultural onde são ensinadas a compreender os laços que as unem ao opressor como amor, o que, por sua vez, faz repercutir a profecia autorrealizável do amor defeituoso. Esses discursos reverberam em novelas, músicas, educação familiar, jornais e até em artigos científicos sobre neuroquímica e sobre bioética. É preciso questionar o complexo ocidental de salvador, criticar a maneira como mulheres são travestidas: seres desprovidos de racionalidade porque perdidamente apaixonadas por seus homens violentos. Tudo isso encoberta e perpetua a violência de gênero. A ideia de que o corpo frágil necessita de reparos, superações e aprimoramentos por meio da medicalização da vida encontra o que Griner (2019) aponta como uma “neurobionarrativa” da obsolescência humana, um discurso do campo da filosofia moral que busca florescer junto a neurociência “como espaço de imaginação de uma reengenharia ou reconfiguração da humanidade a partir da bioquímica dos corpos” (Griner, 2019, p.29).

Esse tecnomito, em constantes reatualizações, não apenas evade a discussão sobre a concretude das desigualdades socialmente produzidas, mas as produz. Isso porque há séculos, atribui ou interdita humanidades aos corpos, sustentando ideias hegemônicas sobre hierarquias entre raça, sexo e afetos.

## Conclusão

Em uma das versões do mito de Narciso, Eco é castigada a repetir, eternamente, o que dizem os outros, isso por ter ajudado Zeus a traer Hera. Com a sugestão de Spivak, Kilomba e de Federici é preciso revisitar mitos ocidentais masculinos a partir de outras geografias da razão, falar e pensar diversamente, denunciar o silenciamento e parar de repetir enganadores

ecos disfarçados em cápsulas. Salvações que não passam pela compreensão da violência de gênero e suas interseções com classe e raça são discursos e soluções falsas que perpetuam narrativas e práticas opressoras. Enquanto insistirmos em perseguir fantasmas e focar discussões em abstratas querelas sobre o futuro, sobre se o melhoramento atenta ou não contra a dignidade ou arbítrio humano, esquecemos de nos indignar contra os pressupostos que movem a suposta cura do amor. Independente da efetiva venda das pílulas nas farmácias, a repetição acrítica dessas narrativas contribui para que continuemos a ver certos seres humanos como ideais e outros como limitados, faltantes e destinados aos dispositivos de correção.

É preciso lembrar que o humano ideal é fruto de uma compreensão abstrata, desencarnada e desterritorializada do que somos, a serviço de dispositivos de poder e dominação de grupos hegemônicos e de um sistema de organização social, mantido por meio de estruturas hierárquicas e exploratórias. Desencarnada não somente porque é fruto de uma neuroquímica ascética que não passa pela pele, mas porque não quer enxergar a carne e a afetividade atravessadas pela violência de gênero, classe, raça. O que assusta tanto na voz dos subalternizados? O que na liga dos irracionais ameaça o robusto império da razão? A pílula do amor nada mais é do que mais uma tentativa de controlar e manter a ordem vigente. De impedir que sentimentos, desejos e corpos resvalem a ermo, num fluxo incontido, insubordinado e, sobretudo, revelador de outras formas de ser e estar no mundo. O que temem os defensores de uma natureza humana fixa, sobriamente circunscrita a um modelo abstrato de racionalidade e liberdade é, claramente, o confronto, não com o caos, mas com outra forma de organização social possível, não-hierárquica, não-exploratória e respeitosa aos anseios e à constituição identitária de todos os seus integrantes.

## Notas

<sup>1</sup> Professora Adjunta da Universidade de Brasília. Doutora em Bioética, Mestre em Ciências da Saúde e Especialista em Bioética. Atuou como Pesquisadora Colaboradora do King's College London. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1000-6361>.

<sup>2</sup> Professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduação em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1986), mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1989) e doutorado em Filosofia - Freie Universität Berlin (1993). Realizou pós-doutorado na Universidade de Connecticut (2003), na Universidade de Oxford (2006/2007), na Universidade de Tulane (2015) e na Universidade Rey Juan Carlos (2019). Atualmente integra o departamento de Filosofia, o Programa de Pós-graduação em

Filosofia da UFRJ, na linha de pesquisa Raça, Gênero e Decolonialidade e o Programa interinstitucional e interdisciplinar de Pós-graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4689-9256>.

<sup>3</sup> Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Doutoranda em Bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética/Cátedra Unesco de Bioética, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília. Atualmente compõem diretoria na Sociedade Brasileira de Bioética- Regional DF (SBB-DF). Mestra em Políticas Públicas em Saúde pela Fiocruz Brasília (2021), com foco em adoecimento docente, absenteísmo, interseccionalidades e sofrimentos na escola. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (2011), com habilitação em Sociologia e licenciatura. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2103-187X>.

## Referências bibliográficas

- AURENQUE, D.; MCDOUGALL, C. W. Amantes sunt amentes: pathologizing love and the meaning of suffering. *The American Journal of Bioethics* 2013; 13(11): 34-36.
- BANDEIRA, L.; ALMEIDA, T. M. C. Bioética e feminismo: um diálogo em construção. *Bioética* 2008; 16 (2): 173 – 189.
- BETTINI, M.; PELLIZER, E. *Il mito di Narciso. Immagini e racconti dalla Grecia a oggi*. Einaudi: Torino, 2003.
- BOESCH, B. A thomistic account of anti-love biotechnology. *The American Journal of Bioethics* 2013; 13(11): 30-31.
- CANEVACCI, M. Quatro mitos para um narciso só. *Ide* 1991; 21: 92-101.
- CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coord.). *Atlas da violência* 2023. Brasília: Ipea; FBSP, 2023.
- DANAHER, J. The vice of in-principlism and the harmfulness of love. *The American Journal of Bioethics* 2013; 13(11): 19-21.
- DATASENADO. *Pesquisa nacional de violência contra a mulher*. Brasília: Senado Federal, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/relatorios-de-pesquisa/pesquisa-nacional-de-violencia-contra-a-mulher-datasenado-2023> [acesso em 25 março 2024]
- DE DREU, C. W.; GREER, L. L.; HANDGRAAF, M. J. J.; SHALVI, S.; VAN KLEEF, G. A.; BAAS, M.; TEN VELDEN, F. S.; DIJK, E. V.; FEITH, S. W. W. The neuropeptide oxytocin regulates parochial altruism in intergroup conflicts among humans. *Science* 2010; 328 (5984):1408-11.

- DIAS, M. C. (org). *A perspectiva dos funcionamentos: em defesa de uma abordagem moral mais inclusiva*. Rio de Janeiro: Editora Pirilampo, 2015.
- DIAS, M. C. (org). *Bioética: fundamentos teóricos e aplicações*. Curitiba: Editora Appris, 2017.
- DIAS, M. C. *Sobre nós: expandindo as fronteiras da moralidade*. Rio de Janeiro: Editora Pirilampo, 2016.
- DINIZ, J.; MAGALHÃES, A. S.; MONTEIRO, M. C. Na dor e no amor: violência e rede de apoio no encarceramento feminino. *O Social em Questão* 2019; 22(45): 81-102.
- DOUGLAS, T. Moral enhancement. *Journal of Applied Philosophy* 2008; 25(3): 228-245.
- EARP, B. Cure for love: should we take anti-love drugs? *New scientist* 2014, 2956: 27-28.
- EARP, B. Love and other drugs. *Philosophy Now* 2012, 91: 14-17.
- EARP, B. D.; SANDBERG, A.; SAVULESCU, J. Brave new love: the threat of high-tech “conversion” therapy and the bio-oppression of sexual minorities. *AJOB Neuroscience* 2014; 5(1): 4-12.
- EARP, B. D.; SANDBERG, A.; SAVULESCU, J. Natural selection, childrearing, and the ethics of marriage (and divorce): building a case for the neuroenhancement of human relationships. *Philosophy & Technology* 2012; 25(4): 561-587.
- EARP, B. D.; WUDARCZYK, O. A.; SANDBERG, A.; SAVULESCU, J. If I could just stop loving you: anti-love biotechnology and the ethics of a chemical breakup. *The American Journal of Bioethics* 2013; 13(11): 3-17.
- ENCK, G. An error theory of biotechnology and the ethics of chemical breakups: it is the reasons, not the pharmaceuticals, that are important in defending against perilous love. *The American Journal of Bioethics* 2013; 13(11): 32-34.
- EPRIGHT, M. C.; WALLER, S. When love hurts children: controlling the feelings of minors. *The American Journal of Bioethics* 2013; 13(11): 28-29.
- ESPOSITO, R. *Immunitas: protezione e negazione della vita*. Torino: Einaudi, 2002.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Editora Elefante, 2023.
- FEDERICI, S. The reproduction of labour power in the global economy and the unfinished feminist revolution. In: ATZENI, M. (ed). *Workers and labour*

*in a globalised capitalism: contemporary themes and theoretical issues.* Hampshire: Palgrave Macmillan, 2014.

FISHER, H. E. Lust, attraction, and attachment in mammalian reproduction. *Human Nature* 1998; 9(1): 23–52.

FISHER, H. E. Lust, attraction, attachment: biology and evolution of the three primary emotion systems for mating, reproduction, and parenting. *Journal of Sex Education and Therapy* 2000; 25(1): 96–104.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. *17º Anuário brasileiro de segurança pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf> (acesso em 25.03.2017)

FOUCAULT, M. *Histoire de la Sexualité I: la volonté de savoir*. Paris: Gallimard; 1976.

GARASIC, M. D. Anti-love biotechnology: was it not better to have loved and lost than never to have loved at all? *The American Journal of Bioethics* 2013; 13(11): 22-23.

GOMES, M. G. M.; GASPAR, L. H. L. Os impactos do caso Maria da Penha no ordenamento jurídico brasileiro: avanços e desafios no combate à violência contra a mulher. In: COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Impactos CIDH: compendio artículos académicos*. 2023. p. 121-137.

GRINER, A. *Entre sinapses e hormônios: medicalização do amor, subjetividades e a bioética dos afetos e das intimidades*. 2019. Tese - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

KILOMBA, G. *Desobediências poéticas*. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2019.

LUGONES, M. Colonialidad y género. *Tabula Rasa* 2008; 9: 73-101.

MARCHANT, G. E.; STEVENS, Y. A. Involuntary exposures to love-enhancing or anti-love agents. *The American Journal of Bioethics* 2013; 13(11): 26-27.

MCARTHUR, N. The heart outright: a comment on "If I could just stop loving you". *The American Journal of Bioethics* 2013; 13(11): 24-25.

PYRRHO, M. Uma genealogia imunitária: a bioética e a busca da autoconservação humana. *Bioética* 2014; 22 (2): 225-33.

RAKİĆ, V. Voluntary moral enhancement and the survival-at-any-cost bias. *Journal of Medical Ethics* 2014; 40(4) :246–250.

RIBEIRO, D. C.; MOREIRA, K. L. Não atire outra pedra. Processo reparatório de dano moral por adultério: mais uma violência contra as mulheres. *Revista Jurídica Luso-Brasileira* 2021; 7 (6): 537-566.

SANDBERG, A. Cognition enhancement: upgrading the brain. In: SAVULESCU, J.; TER MEULEN, R.; KAHANE, G. (ed.). *Enhancing human capacities*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TAYE, H. The difficult case of voluntariness as autonomy in anti-love biotechnology. *The American Journal of Bioethics* 2013; 13(11): 1-2.

TAYLOR, S. E.; SAPHIRE-BERNSTEIN, S.; SEEMAN, T. E. Are plasma oxytocin in women and plasma vasopressin in men biomarkers of distressed pair-bond relationships? *Psychological Science* 2010; 21(1): 3-7.

VEJA. *O terror do feminicídio: 'Me fiz de morta para ele desistir'*. Redação 17 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/videos/em-pauta/o-terror-do-feminicidio-me-fiz-de-mort-a-para-ele-desistir>

WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. *Violence against women prevalence estimates 2018: global, regional and national prevalence estimates for intimate partner violence against women and global and regional prevalence estimates for non-partner sexual violence against women*. Geneva: World Health Organization; 2021.

YOUNG, L. J. Being human: love: neuroscience reveals all. *Nature* 2009; 457(7226): 148.

Received/Recebido: 17/04/2024

Approved/Aprovado: 16/05/2025

Published/Publicado: 31/05/2025